

# Metodologia

## FONTES DE INFORMAÇÃO

Mesmo com a crescente utilização de medidas intra-urbanas, ainda é difícil encontrar dados com um nível de desagregação territorial proposto para o Sistema de Diagnóstico da Criança e do Adolescente. As metodologias que se utilizam de sistemas de informação geográficos ainda são pouco disseminadas, e no caso da sua aplicação nas políticas sociais ainda encontram a dificuldade de constituir uma base digital de logradouros (ruas, avenidas, travessas, pontes, praças, vielas, etc) que capte também a chamada “cidade ilegal/informal”, onde reside a camada mais pobre da população. Além disso, existe pouco conhecimento e pouca cultura técnica nas administrações locais a esse respeito, e muitas vezes os dados nem se encontram em formato digital.

As fontes de informação passíveis de serem desagregadas até o nível das Unidades de Planejamento Participativo - UPPs e que foram utilizadas na construção dos indicadores sociais são descritas a seguir:

### Censo Demográfico – IBGE, 2000

Devido ao escopo temático, a desagregação territorial, a cobertura nacional e a regularidade com que são produzidos, os Censos Demográficos constituem-se a principal fonte de dados para a construção de indicadores sociais para formulação de políticas públicas no Brasil.<sup>5</sup>

Realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável pelo sistema estatístico nacional, o Censo Demográfico consiste no levantamento de informações do universo da população brasileira, referentes a aspectos demográficos e socioeconômicos, e às características do domicílio, que é a unidade de coleta de dados. O primeiro Censo brasileiro data de 1872 e, o mais recente, do ano de 2000; a partir de 1940, as bases de dados são mais completas e sua periodicidade é, em geral, de 10 anos em 10 anos.

O Setor Censitário é a menor unidade territorial criada para fins de con-

<sup>5</sup> *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicação.* Paulo Martino Jannuzzi. Campinas: Alínea, 2001.

trole cadastral da coleta, sendo definido como um agrupamento contíguo de aproximadamente 300 domicílios. Para o censo de 2000, o IBGE dividiu o território nacional em 215.811 e o Município de São Paulo em 13.278 áreas contíguas, respeitando-se os limites da divisão político-administrativa, do quadro urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse.

A base territorial digital dos setores do IBGE é constituída por um sistema integrado de cadastros e bancos de dados, construído para dar organização e sustentação espacial às atividades de planejamento operacional, coleta, apuração de dados e divulgação de resultados do Censo. A malha digital dos Setores Censitários contém todas as informações do questionário básico do Censo Demográfico 2000, que é o questionário aplicado em todos os domicílios com questões referentes a sexo, idade e à condição de alfabetização de todos os seus moradores, além da escolaridade e renda do responsável pelo domicílio. Esse questionário levanta ainda informações sobre abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário.

Para esse diagnóstico foi feita uma seleção de 109 variáveis dentre as 527 criadas pelo IBGE a partir das respostas dos questionários do Censo de 2000. As variáveis foram selecionadas com base nos dados usados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, o IDH-M,<sup>6</sup> resultando em um perfil censitário usado para a construção de indicadores como

a taxa de analfabetismo, renda dos responsáveis, cobertura sanitária, entre outros.

Os dados censitários permitem delimitar com precisão geográfica, na escala intra-urbana aqui proposta, as áreas não atendidas por serviços públicos, os bolsões de pobreza e pontos prioritários para a realização de programas de ação pública. Através de dados censitários pode-se estimar demandas sociais de educação, saúde, emprego, e orientar programas sociais focalizados para a Infância e Adolescência, quando, por exemplo, identifica quantas crianças de 0 a 6 anos moram em determinada Unidade de Planejamento Participativo.<sup>7</sup>

Apesar do relativo “envelhecimento” das informações do Censo de 2000, suas informações continuam sendo válidas, considerando-se que em poucas regiões a taxa de crescimento tem variações muito bruscas em relação ao ano de coleta.<sup>8</sup> Ao mesmo tempo a utilização de projeções populacionais para áreas muito pequenas não é aconselhável devido a mobilidade territorial da população, vide que o próprio IBGE, no período inter-censitário, realiza contagens populacionais cuja amostragem só é válida para a divisão dos municípios.

Embora o avanço tecnológico e o advento da Internet tenham revolucionado a forma de armazenamento e disseminação dos resultados do Censo, o acesso aos seus dados ainda é, de certa forma, restrito, considerando-se que o

<sup>6</sup> <<http://www.pnud.org.br/idh>>

<sup>7</sup> A divisão territorial das Unidades de Planejamento Participativo é integralmente compatibilizada com a malha de Setores Censitários do IBGE.

<sup>8</sup> A taxa anual de crescimento populacional da cidade de São Paulo no período de 1991-2004 é de 0,8%, só ultrapassando os 3% em Distritos periféricos como Parelheiros, Cidade Tiradentes e Perus. Fonte: Fundação Seade. <[http://www.seade.gov.br/produtos/msp/dem/dem9\\_008.htm](http://www.seade.gov.br/produtos/msp/dem/dem9_008.htm)>, em 16 de outubro de 2007.

CD-ROM com os dados custa em média R\$ 50,00 (Cinquenta Reais), necessita de software específico e que os dados são identificados por Setor Censitário, cujo número de identificação possui 15 dígitos e não é conhecido pela população em geral.

O que se apresenta agora com o Sistema de Diagnóstico da Criança e do Adolescente é a possibilidade do usuário (seja ele Secretário Municipal, Conselheiro de Direito, ou Cidadão Comum), de forma livre e gratuita, com apenas um CEP e um número da Cidade de São Paulo e dois ou três cliques de mouse, acesse todos os dados censitários da região escolhida de maneira simples e rápida.

### **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) – Seade, 2004**

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), criado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade em 2004, permite ao gestor público e à sociedade uma visão mais detalhada das condições de vida do seu município, com a identificação e a localização espacial das áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza.

O IPVS baseia-se em dois pressupostos: a compreensão de que as múltiplas dimensões da pobreza precisam ser consideradas em um estudo sobre vulnerabilidade social, e a consideração de que a segregação espacial é um fenômeno presente nos centros urbanos paulistas e que contribui decisiva-

mente para a permanência dos padrões de desigualdade social que os caracteriza.<sup>9</sup>

O IPVS caracteriza-se como um indicador composto, ou seja, elaborado mediante a aglutinação de outros indicadores sociais, gerando uma capacidade de síntese da situação geral da população do Município. As informações utilizadas para a elaboração do IPVS são provenientes do Censo Demográfico de 2000, e as unidades territoriais utilizadas são os próprios Setores Censitários, classificados numa escala de 1 a 6, aonde 1 representa nenhuma vulnerabilidade social, e 6 representa vulnerabilidade social muito alta. Essa classificação deriva da combinação entre as dimensões socioeconômica e a demográfica definidas a partir de um conjunto de oito variáveis.

A vulnerabilidade de crianças e adolescentes pode ser resultado dos diferentes modos de inserção ou de exclusão a que estão submetidos em nossa sociedade, não se restringindo a uma questão de exclusão social, mas de socialização/individualização<sup>10</sup>. Ao mesmo tempo, é reconhecido que em áreas de vulnerabilidade social os direitos de crianças e adolescentes se encontram mais frágeis e passíveis de serem desrespeitados, e por isso os locais que apresentam IPVS alto, os classificados com 5 e 6, são destacados nos mapas e relatórios deste diagnóstico, assim como a quantidade de pessoas residentes nesses locais. A relação entre vulnerabilidade e direitos de crianças e adolescentes que se tenta expressar é a

<sup>9</sup> <[http://www.al.sp.gov.br/web/ipvs/index\\_ipvs.htm](http://www.al.sp.gov.br/web/ipvs/index_ipvs.htm)>, em 6 de março de 2007.

<sup>10</sup> Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 148-155, jan./mar. 2006. Vania Morales Sierra e Wania Amélia Mesquita. Disponível em: <[www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)> <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>

intenção de bloquear as ações que os impedem de experimentar o bem-estar na infância (dinâmica familiar, condições do local de moradia, acesso a serviços públicos, trabalho infantil, etc).

### **Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) – IBGE, 2000**

O Cadastro Central de Empresas do IBGE constitui um importante acervo de dados sobre a atividade econômica do País, reunindo informações cadastrais e econômicas oriundas de pesquisas anuais da Instituição nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços, e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), sistema de informação do Ministério do Trabalho.

Para esse estudo foi utilizada a base de dados georreferenciada pelo Centro de Estudos da Metrópole<sup>11</sup>, que contém informações cadastrais sobre as empresas formalmente constituídas, inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do Município de São Paulo. A base possui 449.321 registros com dados como Razão Social da empresa, pessoas ocupadas (faixas contínuas de “0 a 4” empregados, de “5 a 9”, de “10 a 49”, de “50 a 99”, de “100 a 499” e “500 ou mais empregados”), data de fundação, e o código CNAE, (Classificação Nacional de Atividades Econômicas)<sup>12</sup>, possibilitando verificar o alcance e as principais características do trabalho formal na região.

A base de dados não inclui trabalhadores autônomos, empresários sem

vínculo empregatício formal e a mão-de-obra sem registro em carteira de trabalho, ficando fora do levantamento a grande parcela constituída pelo mercado de trabalho informal.

Mesmo com estas limitações, o Cadastro Central de Empresas é uma fonte de dados de grande utilidade para o planejamento público, podendo ser empregada desde a formulação e acompanhamento de programas de primeiro emprego, qualificação profissional e aprendizagem até a análise do impacto ambiental de determinadas atividades econômicas.

### **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) – DATA-SUS, 2007**

O Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) visa disponibilizar informações das atuais condições de infra-estrutura de funcionamento dos Estabelecimentos de Saúde nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

O CNES é base para operacionalizar os Sistemas de Informações em Saúde, imprescindíveis a um gerenciamento eficaz e eficiente na área, e propicia ao gestor o conhecimento da realidade da rede assistencial existente e suas potencialidades, visando auxiliar no planejamento em saúde, em todos os níveis de governo, bem como dar maior visibilidade ao controle social a ser exercido pela população<sup>13</sup>.

Os cadastros originais foram dis-

<sup>11</sup> <[www.centrodame.tropole.org.br](http://www.centrodame.tropole.org.br)>

<sup>12</sup> <[www.rais.gov.br/cnae.asp](http://www.rais.gov.br/cnae.asp)>

ponibilizados pelo DATASUS no formato de bancos de dados tabulares, os quais foram então remodelados e georreferenciados pelo Instituto Lidas, possibilitando saber exatamente quantos estabelecimentos de saúde existem em cada UPP, Distrito e Subprefeitura do Município de São Paulo, num total de 777 unidades. O Sistema de Diagnóstico permite ainda o link direto com a ficha de cada estabelecimento, dentro do próprio site do DATASUS, garantindo a atualização do sistema simultaneamente com a atualização oficial do Ministério da Saúde.

### **Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade (PRO-AIM) – SMS, 2005**

O Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo (PRO-AIM) foi criado pela Prefeitura em 1989 com o objetivo de fornecer as informações de mortalidade necessárias ao diagnóstico de saúde, a vigilância epidemiológica e a avaliação dos serviços de saúde.

O programa é coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e executado em conjunto com o Serviço Funerário do Município de São Paulo (SFMSP) e a Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo (PRODAM).

São processadas pelo PRO-AIM todas as declarações de óbitos (de residentes e não residentes) ocorridos no Município de São Paulo. Tal levantamento possibilita uma série de ações

na área da saúde, dentre elas o monitoramento da situação epidemiológica da cidade, o suporte aos Comitês de Prevenção da Morte Materna e Comitês de Prevenção da Mortalidade Infantil e a realização de diagnósticos descentralizados sobre a mortalidade na cidade de São Paulo pelas mais diversas causas de morte.

A desagregação territorial da informação é possível porque é feita de acordo com o endereço de residência das pessoas falecidas, permitindo delimitar com uma razoável precisão geográfica as principais características da mortalidade no Município.

Para o Sistema de Diagnóstico foram utilizadas informações sobre sexo, idade e causa morte dos óbitos do ano-base de 2005, utilizados na elaboração de indicadores como a Mortalidade Proporcional por Idade e Homicídios de Crianças, Adolescentes e Jovens.

### **Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) – Ceinfo/SMS, 2006**

O Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) tem por objetivo reunir informações relativas aos nascimentos ocorridos em todo o território nacional. A fonte dos dados é a Declaração de Nascido Vivo (DN), padronizada pelo Ministério da Saúde, com cerca de 41 variáveis, entre as quais podem ser destacadas: duração da gestação, peso do recém-nascido, idade da mãe, local de ocorrência e tipo do parto.

Segundo a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), Nascido Vivo é a expulsão ou extração completa do corpo da mãe, independentemente da duração da gravidez, de um produto de concepção que, depois da separação, respire ou apresente qualquer outro sinal de vida, tal como batimentos do coração, pulsações do cordão umbilical ou movimentos efetivos dos músculos de contração voluntária, estando ou não cortado o cordão umbilical e estando ou não desprendida da placenta. Cada produto de um nascimento que reúna essas condições se considera como uma criança viva.

Em São Paulo, o SINASC foi implantado no ano 2000, com o objetivo de registrar todos os nascimentos vivos ocorridos no Município. O sistema é gerenciado pela Coordenação de Epidemiologia e Informação da Secretaria Municipal da Saúde (CEInfo/SMS), juntamente com as Supervisões Técnicas de Saúde, que consolidam as bases de dados digitadas pelos estabelecimentos de saúde onde ocorrem partos na cidade de São Paulo e por cartórios (quando o parto é domiciliar).

A partir da base de dados do SINASC é possível conhecer o perfil de nascidos vivos, identificando seus diversos aspectos, e oferecer subsídios para o desenvolvimento de ações para melhorar o atendimento às gestantes e aos recém-nascidos, identificando situações de risco. Suas informações foram usadas na construção de indicadores como a Cobertura de consultas pré-natal, Gravidez na infância, ado-

lescência e juventude e Baixo peso ao nascer.

### **Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH-SUS) – Ministério da Saúde, 2003**

O Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH-SUS) contém informações que viabilizam efetuar o pagamento dos serviços hospitalares prestados pelo SUS, através da captação de dados em disquete das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) relativas a mais de 1.300.000 internações/mês.

Sendo o sistema que processa as AIHs, dispõe de informações sobre recursos destinados a cada hospital que integra a rede do SUS, as principais causas de internações no Brasil, a relação dos procedimentos mais frequentes realizados mensalmente em cada hospital, município e estado, a quantidade de leitos existentes para cada especialidade e o tempo médio de permanência do paciente no hospital.

Para esse diagnóstico foi utilizada a base de dados das AIH geradas no Município de São Paulo em 2003, georreferenciada pelo Centro de Estudos da Metrópole a partir dos dados disponíveis no DATASUS. Cada Autorização de Internação Hospitalar processada contém informações básicas, tais como caracterização do paciente (idade, sexo etc.), da internação (número da AIH, hospital, especialidade, procedimento solicitado e realizado, diagnóstico, data de internação e alta,

motivo de cobrança) e de faturamento (valores cobrados).

Os dados das AIH foram selecionados para a elaboração de um indicador específico: Internação hospitalar por agressão, que apresenta todas as crianças, adolescentes e jovens internados em 2003 e cujo diagnóstico principal ou secundário foi identificado com códigos X85-Y09, que de acordo com a 10ª revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) representam as agressões.

### **Cadastro de Escolas Municipais – SME-SP, 2007**

A Secretaria Municipal de Educação (SME) através de seu Centro de Informática disponibilizou diretamente para o Instituto Lidas a relação de escolas da Rede Municipal de Ensino. Os dados foram extraídos do Sistema Escola On Line - EOL e a data base dos mesmos é março de 2007.

A base de dados disponibilizada foi remodelada e georreferenciada pelo Instituto Lidas e contém: dados gerais da escola (endereço, telefone, e-mail, etc), quantidade de alunos em cada Nível de Ensino e em cada período, nível de formação docente, estrutura física da escola e quantidade de alunos portadores de necessidades especiais. Os dados sobre relação aluno/professor, etnia/gênero, e uniforme e material escolar, foram disponibilizados em número gerais do Município, não possibilitando a desagregação por UPP,

Distrito e nem Subprefeitura e por isso foram excluídos dos relatórios finais.

O Código da Escola no Sistema Escola On Line – EOL permite o link direto com o portal da Secretaria Municipal de Educação, e o acesso aos relatórios da rede física de cada escola.

### **Cadastro de Escolas Estaduais – SEE-SP, 2007**

Essa base de dados abrange o conjunto de escolas criadas, mantidas e administradas pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e as vinculadas à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (SCTD) mantidas e administradas pelas Universidades Estaduais e Fundação Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (ensino técnico profissionalizante).

A base de dados está disponibilizada no portal da Central de Atendimento da Secretaria e contém informações sobre a quantidade de alunos por Nível de Ensino e a quantidade de turmas, além de dados gerais da escola (endereço, telefone, e-mail, etc). O ano-base é 2007 e a geocodificação foi realizada pelo Instituto Lidas.

### **Pesquisa de Abrigos de São Paulo – SAS/ORSA/NCA-PUCSP/AASPTJ-SP, 2004**

Em 2002, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) se associou à Fundação ORSA, ao NCA-PUC/SP (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a

Criança e o Adolescente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e à AASPTJ-SP (Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo), com o objetivo de levantar informações sobre as instituições que abrigam crianças e adolescentes na cidade. Este estudo, financiado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pela Fundação ORSA, foi concluído em março de 2004, submetido a debate em oficina de trabalho com órgãos públicos afetos a matéria. Foram objeto dessa pesquisa os abrigos e as vagas de acolhida legalmente constituídas e sujeitadas, de alguma forma, ao controle pelo Estado quanto à responsabilidade assumida sobre a criança ou ao adolescente.

Foram analisados os aspectos administrativos organizacionais, físicos e sócio-institucionais dos abrigos. Coletou-se informações sobre: suas instalações; custos de operação e formas de financiamento; seu quadro funcional; critério de atendimento; medidas de desabrigamento; interação com a família, com a comunidade e com segmentos da sociedade civil. Este estudo buscou contemplar também, o conhecimento da situação das crianças e dos adolescentes abrigados e de suas famílias. Deu ênfase no tempo e nos motivos de abrigamento como nas condições para o desabrigamento. A rede de abrigos foi separada em duas modalidades: com vínculo com o poder público e sem vínculo ou, os abrigos particulares.<sup>14</sup>

O estudo realizado elaborou um Banco de Abrigos que reconheceu 190 serviços nessa condição, e conseguiu pesquisar 185 deles. A tabela com a relação dos abrigos pesquisados foi fornecida ao Instituto Lidas pelo NCA-PUCSP e possui sobre cada abrigo: nome, endereço completo, Vara da infância e Juventude, vínculo, vínculo religioso, capacidade, faixa etária atendida, sexo dos atendidos, tipo de exclusividade, mantenedora e valor do convênio.

Para realizar um levantamento universal dos abrigos da cidade de São Paulo é necessário cruzar os bancos da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, com os da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, das Varas da Infância e Juventude da Comarca da Capital, dados dos Conselhos Tutelares (responsáveis pela fiscalização dos abrigos) e do CMDCA (que deve ter o registro e inscrição de todos os programas de abrigamento. Devido a dificuldade de realizar tal levantamento (os dados não são padronizados e nem compartilhados entre os diversos órgãos e muitas vezes nem se encontram em formato digital) o Instituto Lidas optou por usar a Pesquisa de Abrigos de 2004, mesmo com sua relativa defasagem temporal, visto que sua metodologia já foi reconhecida e aprovada por governo e entidades de pesquisa.

### **Equipamentos das Secretarias Municipais da Assistência e De-**

<sup>14</sup> Texto extraído de: *Reordenamento de abrigos infanto-juvenis da cidade de São Paulo: construção da política interinstitucional de defesa dos direitos de convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes de São Paulo*/Secretaria Municipal de Assistência Social ... [et al.] . São Paulo: SAS, 2004.

## **envolvimento Social; Cultura; e Esportes, Lazer e Recreação – PMSP, 2007**

Várias Secretarias Municipais foram oficiadas pelo Instituto Lidas para a disponibilização de dados para a construção do Sistema de Diagnóstico da Criança e do Adolescente. Chegado ao término do Convênio (cuja duração foi de quase 10 meses) algumas Secretarias não retornaram, ou não retornaram dados qualificados e passíveis de desagregação.

Para a temática dessas Secretarias, Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS); Cultura (SMC); e Esportes, Lazer e Recreação (SE-ME) o Sistema de Diagnóstico da Criança e do Adolescente possui apenas a relação de seus equipamentos sociais, retirados do Portal da Prefeitura em julho de 2007.

Os dados obtidos foram padronizados, sistematizados e georreferenciados pelo Instituto Lidas e contém informações básicas sobre o cada equipamento; endereço no caso dos equipamentos da SMC e SEME e e-mail, tipo de serviço, capacidade, valor do repasse no caso dos equipamentos da SMADS.

## **Censo das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua na Cidade de São Paulo – SMADS/ FIPE, 2006-2007**

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), por meio da Fundação Instituto

de Pesquisas Econômicas (Fipe), realizou a pesquisa “Censo das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua na Cidade de São Paulo”. A pesquisa, realizada entre 2006 e 2007, foi dividida em três etapas<sup>16</sup>:

- Elaboração do quadro de referência e censo dos pontos de permanência ou incidência de crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil em todo o município de São Paulo;
- Realização de contagem dessa população por levantamento censitário em dez distritos da área central e por procedimento amostral nos demais distritos da cidade;
- Realização de pesquisa por amostragem para conhecer essas crianças e adolescentes, sob vários aspectos.

O Instituto Lidas incorporou ao Sistema de Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente os dados da 1ª etapa da pesquisa realizada pela Fipe (dados disponibilizados no portal da Prefeitura), realizando a geocodificação dos pontos de permanência/ presença de crianças em situação de rua.

## **Entidades e Serviços registrados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, 2007**

De acordo com o princípio da descentralização, parte das políticas voltadas à criança e ao adolescente devem ser implementadas por entidades de

<sup>16</sup> Os relatórios da pesquisa podem ser acessados em <[http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia\\_social/pesquisa/0003](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/pesquisa/0003)>

atendimento governamentais ou não-governamentais, mediante inscrição de programas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). As entidades não-governamentais só podem funcionar depois de registradas no CMDCA, e devem ser selecionadas de acordo com as diretrizes elaboradas pelo mesmo<sup>17</sup>.

A relação de entidades e serviços registrados junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo foi disponibilizada pelo próprio Conselho em agosto de 2007. Os dados foram cruzados, padronizados e georreferenciados pelo Instituto Lidas e contém informações básicas de cada entidade (endereço, número e data de validade do registro, e-mail e site) e de cada serviço (tipo, número e faixa de idade dos atendidos).

### **Projetos aprovados para financiamento pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FUM-CAD, 2007**

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (Fumcad) é um fundo especial constituído para reservar recursos destinados especificamente às políticas de proteção especial e de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes na cidade de São Paulo. Ele está submetido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que é o órgão responsável por estabelecer os critérios gerais de aplicação e fiscalização dos recursos

do Fundo; e sua gestão administrativa cabe a Secretaria Especial para Participação e Parceria (SEPP).

As fontes de recursos do Fumcad, em São Paulo, de acordo com sua lei de criação, são:

- Dotação consignada do orçamento municipal necessária ao funcionamento dos conselhos;
- Recursos dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Doações, auxílios, contribuições e legados que sejam destinados;
- Valores repassados pela União e pelo estado advindos de multas decorrentes de condenações, ações civis ou de imposição de penalidades administrativas aplicadas no município de São Paulo;
- Contribuições de governos e organismos nacionais e internacionais;
- Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos a aplicações de capitais;
- Outros recursos que lhe forem destinados.

Todos os projetos de entidades de atendimento financiados pelo Fumcad devem passar por aprovação do CMDCA. A lista de projetos aptos a receber financiamento foi retirada do Portal do Fumcad em Setembro de 2007, na seção “Entidades e Projetos”.

O Instituto Lidas transformou as informações obtidas (nome, endereço

<sup>17</sup> Art. 90 e 91, Lei nº 8069 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

e telefone da entidade; e nome, descrição e valor do projeto aprovado) em um banco de dados tabular, passível de ser geocodificado. O resultado permite dizer exatamente quantos projetos foram aprovados por Subprefeitura, Distrito e Unidade de Planejamento Participativo, disponibilizando informações sobre a situação de crianças e adolescentes do local, e possibilitando que os recursos do Fumcad sejam investidos não em função das necessidades das entidades de atendimento, mas da situação dessa população.



Inaê Batiston/Conferência Lúdica Regional da Lapa